

LEI Nº 2.582 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

***INSTITUI NO MUNICÍPIO DE ALEGRE
A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE
ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PREVISTA NO
ART. 149-A, DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL.***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, APROVOU e eu Prefeito Municipal de Alegre, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, a contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, prevista no artigo 149-A, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - O serviço previsto no *caput* deste artigo compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art. 2º - Estão isentos do pagamento da CIP - Contribuição de Iluminação Pública - os imóveis localizados em área rural não servida por iluminação pública.

Art. 3º - O sujeito passivo da CIP é o consumidor de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Art. 4º - A base de cálculo da CIP é valor mensal do consumo total de energia elétrica constante da fatura emitida pela empresa concessionária distribuidora.

Art. 5º - As alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme a classe de consumidores e a quantidade de consumo medida em kWh, conforme Tabelas I e II do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único - Os imóveis sem edificação estarão sujeitos, anualmente, à contribuição para custeio da iluminação pública no valor correspondente a 120% (Cento e vinte por cento) da base de cálculo estabelecida no art. 4º.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato com a concessionária de energia elétrica do Município para arrecadação da CIP.

Art. 7º - No caso de firmado contrato com a concessionária, deverá a mesma "passar mensalmente o produto da arrecadação, para conta específica em estabelecimento bancário indicado pelo Município, fornecendo, a esta, até o último dia útil do mês, o demonstrativo da arrecadação, bem como as informações cadastrais de interesse.

Art. 8º - A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

§ 1º - O montante devido e não pago da CIP a que se refere o "caput" deste artigo será inscrito em dívida ativa, 60 dias após a verificação da inadimplência.

§ 2º - Servirá como título hábil para a inscrição:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela concessionária que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional;

II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - outro documento que contenha os elementos previstos no art. 202 e incisos do Código Tributário Nacional.

§ 3º- Os valores da CIP não pagos no vencimento serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária, nos termos da legislação tributária municipal.

Art. 9º - Fica criado o Fundo Municipal de Iluminação Pública, de natureza contábil e administrado pela Secretaria da Fazenda Municipal.

Parágrafo único - Para o Fundo deverão ser destinados todos os recursos arrecadados com a CIP para custear os serviços de iluminação pública previstos nesta Lei.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta lei no prazo de 60 sessenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2367/97, o inciso IV, do art. 79 e o art. 84 da Lei Municipal nº 1862/90.

Alegre (ES), 27 de dezembro de 2002.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA - Caléu
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.

**ANEXO I
TABELA I**

**TABELA PARA COBRANÇA MENSAL DE CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE
IMÓVEIS EDIFICADOS
CLASSE RESIDENCIAL**

Média Consumo KWH Grupo A (Alta Tensão)	Alíquota %	Média Consumo KWH Grupo B (Baixa Tensão) Baixa Renda	Alíquota %	Média Consumo KWH Grupo B (Baixa Tensão) Média Renda	Alíquota %
Até 1000	85	0 a 30	1,82	0 a 30	2,72
		31 a 50	1,93	31 a 50	3,12
De 1001 a 5000	100,72	51 a 70	2,34	51 a 70	3,52
		71 a 100	2,72	71 a 100	4,02
Acima	120	101 a 150	3,11	101 a 150	5,01
		151 a 180	3,50	151 a 200	5,57
				201 a 300	9,28
				301 a 400	16,54
				401 a 500	19,39
				acima de 500	21,81

TABELA II
TABELA PARA COBRANÇA MENSAL DE CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE
IMÓVEIS EDIFICADOS
NÃO RESIDENCIAL

Média Consumo KWH Grupo A (Alta Tensão)	Aliquota %	Média de Consumo em KWH Grupo B (Baixa Tensão)	Aliquota %
Até 1000	100	0 ----- 30	3,94
De 1000 a 5000	115,72	31 ----- 50	4,06
		51 ----- 70	7,06
		71 ----- 100	9,07
Acima de 5000	135	101 ----- 150	13,38
		151 ----- 200	17,82
		201 ----- 300	22,96
		301 ----- 400	27,19
		401 ----- 500	31,00
		acima de 500	37,48